





U ELREY. Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que, havendo restituído aos Indios do Graão Pará, e Maranhão a liberdade das suas pessoas, bens, e commercio, por huma Lei da mesma Data deste; a qual nem se poderia reduzir á sua devida execução, nem os Indios á completa liberdade; de que dependem os grandes bens espirituaes, e politicos; que constituirão as causas finaes da dita Lei, se ao mesmo tempo se não estabelecesse para reger os sobreditos Indios huma fórma de governo temporal, que, sendo certa, e invariavel, se accommodasse aos seus costumes, quanto possivel fosse, no que he licito, e honesto; porque assim serão mais facilmente atrahidos a receber a Fé, e a se metterem no gremio da Igreja: Tendo consideração ao referido, a que sendo prohibido por Direito Canonico a todos os Ecclesiasticos, como Ministros de Deos, e da sua Igreja, misturarem-se no governo secular, que como tal he inteiramente alheio das obrigações do Sacerdocio; e a que ligando esta prohibição muito mais urgentemente os Parocos das Missoens de todas as Ordens Religiosas; e contendo muito maior aperto para inhibirem, assim os Religiosos da Companhia de JESUS, que por força de voto são incapazes de exercitarem no foro externo até a mesma jurisdição Ecclesiastica, como os Religiosos Capuchos, cuja indispensavel humildade se faz incompativel com o imperio da jurisdição civil, e criminal; nem Deos se poderia servir de que as referidas prohibições expressas nos sagrados Canones, e Constituições Apostolicas, de que Sou Protector nos meus Reinos, e Dominios, para sustentar a sua observancia, a não tivessem por mais tempo depois de me haver sido presente todo o sobredito, nem aquelle Estado poude até agora, nem poderia nunca, ainda naturalmente, prosperar entre huma tão desusada, e impraticavel confusão de jurisdições tão incompativeis, como o são a espiritual, e temporal, seguindo-se de tudo a falta de administração de Justiça, sem a qual não ha Povo, que possa subsistir: Sou servido com o parecer das pessoas do meu Conselho, e outros Ministros doutos, e zelosos do serviço de Deos, e meu, que

que me pareceo ouvir nesta materia, derogar, e cassar o Capitulo primeiro do Regimento dado para o referido Estado em vinte e hum de Dezembro de mil seiscentos oitenta e seis, e todos os mais Capitulos, Leis, Resoluçoens, e Ordens, quaesquer que ellas sejaõ, que directa, ou indirectamente forem contrarias ás sobreditas Disposiçoens Canonicas, e Constituiçoens Apostolicas, e que contra o nellas disposto, e neste ordenado, permittiraõ aos Missionarios ingerirem-se no governo temporal, de que saõ incapazes: Abolindo as sobreditas Leis, Resoluçoens, e Ordens, e havendo-as por derogadas, e de nenhum effeito, como se de todas, e cada hum das ellas fizesse aqui especial menção, sem embargo da Ordenação do livro segundo, titulo quarenta e quatro em contrario: E renovando para ter a sua inteira, e inviolavel observancia a Lei estabelecida sobre esta materia em doze de Setembro de mil seiscentos e sessenta e tres em quanto ordena o seguinte.

„ **E** U ELREY. Faço saber aos que esta minha Pro-
 „ vizaõ em fôrma de Lei virem, que, por se ha-
 „ verem movido grandes duvidas entre os morado-
 „ res do Maranhão, e os Religiosos da Compa-
 „ nhia, sobre a fôrma, em que administravaõ os
 „ Indios daquelle Estado em ordem á Provisão, que se pas-
 „ sou em seu favor no anno de seiscentos sincoenta e cinco,
 „ das quaes resultaraõ os tumultos, e excessos passados, ori-
 „ ginado tudo das grandes vexaçoens, que padeciaõ, por se
 „ não praticar a Lei, que se tinha passado no anno de seis-
 „ centos sincoenta e tres, em tanto, que chegaraõ a ser ex-
 „ pulsos os ditos Religiosos de suas Igrejas, e Missõens, ao
 „ exercicio das quaes he muito conveniente, que tornem a
 „ ser admittidos, visto não haver causa, que obrigue a pri-
 „ vallos dellas, antes muitas para que seu santo zelo seja alli
 „ necessario: E desejando Eu atalhar a taõ grandes inconve-
 „ nientes, e que meus Vassallos logrem toda a paz, e qui-
 „ tação que he justo: Hei por bem declarar, que assim dos
 „ ditos Religiosos da Companhia, como os de outra qual-
 „ quer Religião, não tenhaõ jurisdicção alguma temporal so-
 „ bre

3

„ bre o governo dos Indios; e que a espiritual a tenha tam-
„ bem os mais Religiosos, que assistem, e residem naquella
„ Estado; por ser justo que todos sejam Obreiros da Vinha
„ do Senhor; e que o Prelado ordinario com os das Reli-
„ gioens possa escolher os Religiosos dellas, que mais suffi-
„ cientes lhes parecerem, e encommendar-lhes as Paroquias,
„ e a cura das almas do Gentio daquellas Aldeas; os quaes
„ poderão ser removidos todas as vezes, que parecer conve-
„ niente; e que nenhuma Religiao possa ter Aldeas proprias
„ de Indios forros de administraçao: Os quaes no temporal
„ poderão ser governados pelos seus principaes, que houver
„ em cada Aldea: E quando haja queixas delles causadas dos
„ mesmos Indios, as poderão fazer aos meus Governadores,
„ Ministros, e Justicas daquella Estado, como o fazem os
„ mais Vassallos delle.

A qual disposiçao Sou servido renovar, e restituir á sua inteira, e inviolavel observancia na sobredita fórma: Ordenando que nas Villas sejam preferidos para Juizes ordinarios, Vereadores, e Officiaes de Justica, os Indios natúraes dellas, e dos seus respectivos districtos em quanto os houver idoneos para os referidos cargos: e que as Aldeas independentes das ditas Villas sejam governadas pelos seus respectivos principaes, tendo estes por subalternos os Sargentos mórres, Capitaens, Alferes, e Meirinhos das suas Naçoens, que foraõ instituidos para os governarem: recorrendo as partes, que se considerarem gravadas, aos mesmos Governadores, e Ministros de Justica, para lha administrarem na conformidade das minhas Leis, e Ordens expedidas para aquelle Estado.

Pelo que mando aos Capitaens Generaes, Governadores, Ministros, e Officiaes de Guerra, e das Caméras do Estado do Graõ Pará, e Maranhão, de qualquer qualidade, e condiçao que sejam, a todos em geral, e a cada hum em particular, cumprão, e guardem esta Lei, que se registrará nas Caméras do dito Estado, e por ella Hei por derogadas todas as Leis, Regimentos, e Ordens, que haja em contrario ao disposto nesta, que sómente quero que valha, e tenha força, e vigor, como nella se contém, sem embargo de não ser passada

28
P.8539
1755
3-52E
69-568
Wexm...
1-1-69

4
lada pela Chancellaria, e das Ordenações do livro segundo
titulo trinta e nove, quarenta, quarenta e quatro, e Regi-
mento em contrario. Lisboa, a sete de Junho de mil setecen-
tos cincoenta e cinco.

REY

Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.

A *Lvará com força de Lei, porque Vossa Magestade ha por
bem renovar a inteira, e inviolavel observancia da Lei de
doze de Setembro de mil seiscentos cincoenta e tres, em quanto
nella se estabeleceo, que os Indios do Graõ Pará, e Maranhão
sejão governados no temporal pelos Governadores, Ministros,
e pelos seus principaes, e Justicas seculares, com inhibição das
administrações dos Regulares, derogando todas as Leis, Re-
gimentos, Ordens, e Disposições contrarias.*

Para V. Magestade ver.

Antonio Joseph Galvão o fez.

Registado na Secretaria de Estado dos Negocios extra-
geiros, e de Guerra no livro primeiro da Companhia do Graõ
Pará, e Maranhão.

